

# ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM A UTILIZAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO UM ESTUDO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

**Jair Antonio Fagundes**

**Cláudia Khun**

## **Resumo:**

*Este estudo foi desenvolvido através de revisão bibliográfica sobre a Demonstração de Valor Adicionado - DVA como ferramenta de análise gerencial das demonstrações contábeis de uma cooperativa de crédito, com o objetivo de evidenciar a riqueza gerada por uma organização, tanto no aspecto econômico como também no que se refere ao aspecto social, bem como, demonstrar as metodologias da adição e subtração para a elaboração da DVA, no enfoque contábil e econômico. Após a aplicação do método da subtração analisou-se o resultado sob a ótica dos associados da cooperativa de crédito. Estes resultados referem-se as tendências apresentadas na evolução de três períodos sociais (2001, 2002 e 2003) divulgados na imprensa pela organização.*

## **Palavras-chave:**

**Área temática:** *Gestão Estratégica de Custos*

## **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM A UTILIZAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – UM ESTUDO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO.**

### **RESUMO**

**Jair Antonio Fagundes**  
FEMA - UNIJUI – IESA  
jair@fema.com.br

**Cláudia Kuhn**  
FEMA - UNIJUI

Este estudo foi desenvolvido através de revisão bibliográfica sobre a Demonstração de Valor Adicionado - DVA como ferramenta de análise gerencial das demonstrações contábeis de uma cooperativa de crédito, com o objetivo de evidenciar a riqueza gerada por uma organização, tanto no aspecto econômico como também no que se refere ao aspecto social, bem como, demonstrar as metodologias da adição e subtração para a elaboração da DVA, no enfoque contábil e econômico. Após a aplicação do método da subtração analisou-se o resultado sob a ótica dos associados da cooperativa de crédito. Estes resultados referem-se as tendências apresentadas na evolução de três períodos sociais (2001, 2002 e 2003) divulgados na imprensa pela organização.

Área temática: Gestão Estratégica de Custos

## **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM A UTILIZAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – UM ESTUDO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO**

### **INTRODUÇÃO**

Este estudo tem por finalidade evidenciar a importância da utilização da Demonstração do Valor Adicionado - DVA pelas organizações como ferramenta de linguagem acessível para a compreensão da realidade econômica e social apresentada pelas demonstrações contábeis tradicionais, as quais podem possuir uma linguagem técnica às vezes de difícil compreensão por parte dos cidadãos.

Este trabalho está dividido em 05 partes, assim distribuído: a primeira parte trata do surgimento da Demonstração do Valor Adicionado através do Balanço Social, a segunda parte descreve metodologias que podem ser aplicadas no desenvolvimento deste relatório gerencial, entre elas, a metodologia da adição e da subtração, bem como os enfoques, contábil e econômico.

A terceira parte trata de alguns pontos fortes e pontos fracos na utilização da Demonstração do Valor Adicionado para a análise gerencial, na quarta parte desenvolve-se uma revisão bibliográfica da área do cooperativismo, com destaque às cooperativas de crédito.

Na última parte, desenvolveu-se o estudo de caso da Cooperativa de Crédito e a sua interpretação dos resultados.

### **1. BALANÇO SOCIAL E A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

O Balanço Social surgiu na Europa com o objetivo de atender aos movimentos sociais que demandavam por informações sobre projetos sociais, condições ambientais, informações para os empregados sob o aspecto do nível de emprego, condições de trabalho, remuneração e formação profissional. A Demonstração do Valor Adicionado surgiu por influência da França e da Alemanha como forma de mensuração desta participação da empresa neste contexto social.

No Brasil o Balanço Social surgiu com a campanha do Sociólogo Herbert de Souza. Foram promovidos debates envolvendo entidades como Abrasca (Associação Brasileira de Capital Aberto), PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) e CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Em 1997, foi apresentado um projeto de Lei obrigando as empresas privadas, públicas e sociedades de economia mista com mais de 100 empregados elaborar o Balanço Social, que permanece sem aprovação. Apesar de ainda não ser obrigatório no Brasil algumas empresas já publicam o Balanço Social.

Como composição do Balanço Social é apresentada a Demonstração do Valor Adicionado que tem como objetivo demonstrar o desempenho econômico da empresa e seu relacionamento com a sociedade.

A Demonstração do Valor Adicionado desenvolve-se evidenciando quanto de valor a empresa agrega durante o seu processo produtivo ampliando assim os horizontes de seus usuários.

Uma das formas de se analisar o desempenho financeiro de uma empresa é “pelo valor econômico que é agregado aos bens e serviços adquiridos”. Este valor é denominado de “valor adicionado ou valor agregado (DVA)”(TINOCO, 2001, p.64).

Segundo Rodrigues (1995), a DVA vem sendo considerada como um dos critérios que melhor indicam a medida da eficácia da gestão empresarial.

Tinoco (2001, p. 65) apresenta uma idéia simplificada de valor adicionado, ou seja: “vendas – compras = valor adicionado bruto”.

Martins *apud* Tinoco (2001, p.69), apresenta um exemplo de valor adicionado, onde primeiramente aparece a demonstração do resultado de um determinado período e em seguida a configuração da DVA deste mesmo período:

#### **Demonstração do Resultado**

+ Vendas	R\$ 10.000,00
- Mão-de-obra	R\$ 5.000,00
- Juros	R\$ 2.000,00
<b>= lucro</b>	<b>R\$ 3.000,00</b>

#### **Demonstração do Valor Adicionado**

mão-de-obra	R\$ 5.000,00	50%
remuneração capital de terceiros	R\$ 2.000,00	20%
remuneração capital próprio	R\$ 3.000,00	30%
<b>total adicionado</b>	<b>R\$ 10.000,00</b>	<b>100%</b>

Cabe ressaltar que não é objetivo deste trabalho entrar no mérito do regime contábil utilizado pelas empresas, bem como o debate dos princípios fundamentais de contabilidade para a composição e evidenciação da demonstração de resultado do exercício (DRE) e demonstração do valor adicionado (DVA).

Outro exemplo é mencionado por Kroetz (2000, p.41), o qual demonstra a seguinte tabela:

<b>Geração de riqueza</b>	<b>X 01</b>
<b>a) Geração do valor adicionado</b>	37.096.446
Receita de serviços	36.785.893
Receitas não operacionais	310.553
<b>b) Custo</b>	7.620.155
Materiais	5.305.198
Serviços de terceiros e outros	2.314.957
<b>c) Valor adicionado bruto (a – b)</b>	29.476.291
<b>d) Depreciações</b>	3.201.595
<b>e) Receita Financeira</b>	352.796
<b>Valor adicionado a distribuir (c–d+e)</b>	26.627.492

Tabela nº 01: Demonstração da geração de riqueza do período 'x 01'

Fonte: Kroetz, 2000, p.41

Esta tabela demonstra o valor adicionado a distribuir no exercício 'x 01'; com o resultado desta demonstração será possível compor a demonstração da distribuição de riqueza gerada através da tabela nº 02:

<b>DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA GERADA</b>	<b>X 01</b>	<b>%</b>
<b>a) Remuneração do Trabalho</b>	19.067.319	71,6
Salários e FGTS	16.915.249	63,5
Benefícios (alimentação, saúde, outros)	2.152.070	8,1
<b>b) Remuneração do Governo</b>	5.807.990	21,8
Impostos/taxas/contribuições	1.785.518	6,7
Previdência social e outros	4.022.472	15,1
<b>c) Capitais de terceiros / juros</b>	661.743	2,5
<b>d) Acionistas / lucros retidos</b>	1.090.440	4,1
<b>Total= (a + b + c + d)</b>	26.627.492	100

Tabela nº 02: Demonstração da distribuição de riqueza gerada no período 'x 01'

Fonte: baseado em Kroetz, 2000, p.41

Esta tabela mostra um exemplo de como poderá ser utilizada a DVA para o gerenciamento dos resultados obtidos pela empresa em determinados períodos. Ela se estrutura em três colunas (descrição das rubricas, valor em reais e distribuição em percentual da riqueza gerada) com dados de um determinado período (x01), os quais demonstram quais foram os valores e percentuais distribuídos e para quem foram distribuídos estes valores.

De acordo com Siqueira (2003), existem algumas características básicas da Demonstração do Valor Adicionado – DVA, tais como:

1. Fornecer informações que demonstrem a geração de riqueza da empresa e seus efeitos sobre a sociedade que está inserida.
2. Demonstra o valor adicionado em cada um dos fatores de produção e seu destino, conforme abaixo:
  - dispêndio na remuneração dos empregados;
  - geração de tributos ao governo (municipal, estadual e federal);

- remuneração do capital de terceiros através de juros;
  - remuneração dos acionistas através da distribuição de lucros.
3. O somatório dos valores obtidos nas Demonstrações de Valor Adicionado apresentados pelas unidades produtivas dos mais variados níveis de atividades econômicas que são classificados pelo IBGE, excluídas as duplas contagens, pode ser considerado como o próprio PIB do país.
  4. Pode-se efetuar análise vertical/horizontal dessa demonstração, com a comparação da participação de cada item da demonstração em sucessivos exercícios sociais, enfatizando sua evolução.

## 2. METODOLOGIA DE DETERMINAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

De acordo com Cozensa (2003), o cálculo do valor adicionado pode ser utilizado sob dois enfoques, o enfoque contábil e o enfoque econômico, na área econômica, o conceito de riqueza gerada pode ser obtido a partir da produção, enquanto que no primeiro enfoque, o contábil, pode ser evidenciado com base no montante das vendas. Neste trabalho será utilizado o enfoque contábil, por se entender que o cálculo do valor adicionado baseado nas vendas, através da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, pois parece trazer maior credibilidade, já que tal relatório contábil foi submetido à apreciação do Conselho Fiscal e Auditores externos.

Também existem métodos para o cálculo do valor adicionado, entre eles o método da Adição e o método da Subtração. O primeiro agrega uma série de rendas que acumulam os lucros ou sobras derivadas da atividade organizacional, como exemplo a seguir:

COMPONENTES	R\$ Mil	%
+ Gastos com pessoal	450.000	7,4
+ Gastos financeiros	780.000	12,8
+ Tributos e impostos sobre lucros	120.000	2,0
+ Depreciação, Amortização, Exaustão e Provisões	3.450.000	56,5
+ Lucros ou Prejuízos do Exercício (saldo DRE antes da destinação dos lucros)	1.304.000	21,4
= VALOR ADICIONADO BRUTO EMPRESARIAL	6.104.000	100,0
(-)Depreciação, Amortização, Exaustão e Provisões	(3.450.000)	(56,5)
= VALOR ADICIONADO LÍQUIDO EMPRESARIAL	2.654.000	43,5

Tabela nº 03: Esquema do Método de Adição

Fonte: Cozensa (2003, p.12)

O método da Subtração pode ser calculado a partir da soma de todos os fluxos positivos procedentes das atividades empresariais, deduzidos dos consumos intermediários derivados das entregas dos bens ou prestações de serviços de terceiros, como o exemplo citado na tabela nº 05.

Este método tem gerado algumas dificuldades no seu preenchimento, entre elas à dificuldade enfrentada pelas empresas no que diz respeito à separação dos itens que compõe o custo dos produtos vendidos. No entanto é também o método que apresenta um maior nível de detalhamento da informação, facilitando a tomada de decisões.

### 3. DVA – PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

Por se tratar atualmente de um relatório gerencial, a DVA sofre alguns inconvenientes devido à falta de standardização, o que pode gerar controvérsias em relação ao cálculo do valor adicionado, entre estas se pode citar o tratamento contábil utilizado para o registro de operações, dificultando a análise comparativa entre diversas empresas.

Outros pontos positivos e negativos são relacionados a seguir:

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Permite obter uma dupla visão da realidade empresarial: a econômica, relativa ao valor gerado, e a social, correspondente às rendas distribuídas.	Apresenta dificuldades de entendimento por causa de sua não normatização e standardização.
Possibilita desenvolver um efetivo sistema de avaliação dos gestores e unidades.	Pode levar a tomada de decisões incorretas quanto à maximização do valor adicionado, em lugar dos lucros;
Tem uma linguagem aceita por todos os seus destinatários e que se faz compreensível ao conhecimento de qualquer usuário.	Está sujeito à incorporação de distorções provocadas por sua subjetividade e forma própria de estimativa;
Reflete a lucratividade e a eficiência das operações e atividades da entidade, como também a evolução econômica em seu conjunto.	Pode motivar uma certa dificuldade na hora de se realizarem análises de desempenho empresarial no setor econômico a que a companhia pertence;
Fornecer dados para a tomada de decisão e o sistema de controle de desempenho.	Necessita informações contábeis atualizadas e confiáveis e, se possível, auditadas;
Permite conhecer a contribuição econômica da empresa para a renda nacional ou para seu ambiente econômico ou social.	Pode ser demasiado trabalhoso em ambientes de grandes incertezas e complexidades monetárias, tributárias e econômicas;
	É limitada para medir e informar a eficácia alcançada na distribuição social dos lucros gerados.

Quadro nº 01: Esquema do Método de Adição

Fonte: Cozensa (2003, p.16)

### 4. COOPERATIVISMO

Uma cooperativa busca satisfazer não somente a necessidade de consumo por um bem ou serviço mas, também a necessidade social e educativa, pois existem diversos ramos para desenvolver, entre eles: o de crédito, trabalho, consumo, entre outros, conforme a necessidade de um grupo de pessoas. Diferencia-se dos demais tipos de sociedades por ser, ao mesmo tempo, uma associação de pessoas e também um negócio que pode gerar sobras e vantagens. Para conseguir bons resultados deverá equilibrar essa dupla característica - o aspecto social e o econômico, buscando sempre o aperfeiçoamento de suas atividades e filosofia.

O relatório do Banco Mundial afirma que seria difícil encontrar um sistema mais eficaz do que o cooperativo para encorajar e estimular a participação ativa das populações, na realização de programas de desenvolvimento.

## 4.1 Cooperativismo no Brasil

Ao chegar no Brasil o cooperativismo já tinha mais de meio século de prática pela aplicação do sistema. Foram feitas três tentativas de implantação do sistema não bem sucedidas, duas no Paraná e uma em Pernambuco.

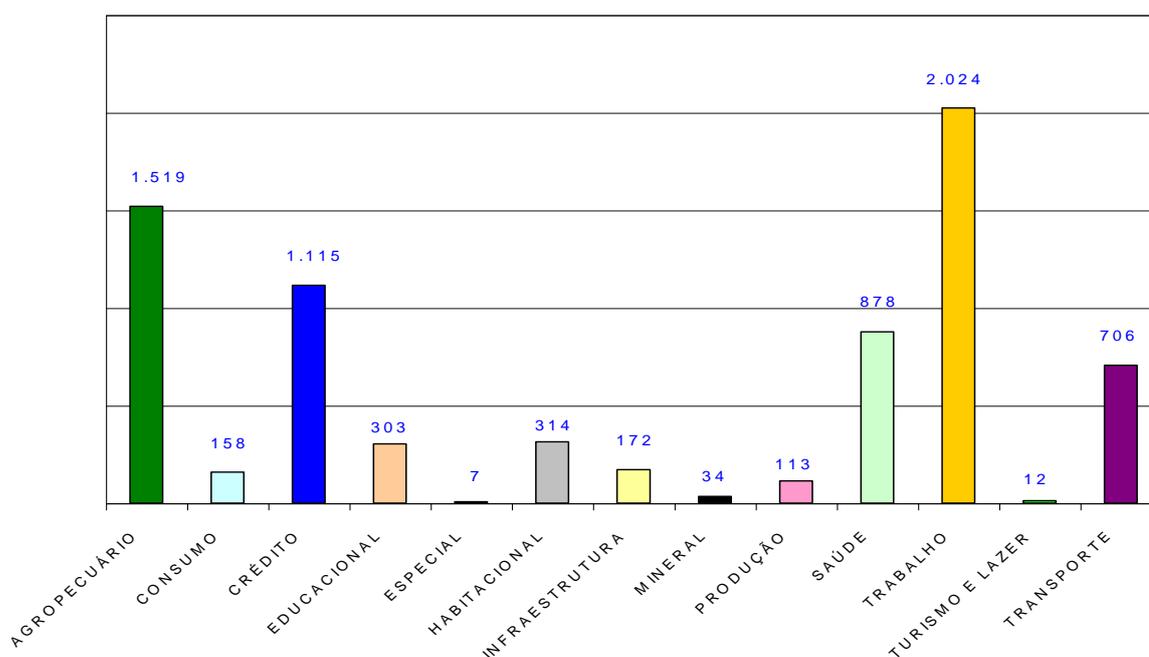
Em 1902, pela iniciativa do Padre Suíço, o Jesuíta Theodor Amstadt, o Rio Grande do Sul tornou-se o berço do Cooperativismo Nacional, com a implantação de uma Caixa Rural Cooperativa de Nova Petrópolis – RS.

O padre Amstadt percorreu durante vários anos as picadas da colonização, e além de prestar assistência espiritual, pregou a doutrina do sistema de crédito cooperativista, expandindo o cooperativismo por todo Estado e País. Porém com a lei 22.239 de 1932, que decretava o cumprimento dos fundamentos do cooperativismo puro em nosso meio, a expansão do sistema acelerou-se, ganhando maior força, principalmente no estado do Rio Grande do Sul e São Paulo, pois foram os dois estados que receberam maior fluxo de imigrantes Europeus, que já conheciam as vantagens do sistema em suas terras de origem.

As cooperativas estão atuando nas mais diversas atividades, sendo em alguns setores mais e outros menos, mas de uma forma geral, estão contribuindo, significativamente, com a organização da estrutura social e econômica do País, buscando um desenvolvimento mais democrático, igualitário e humano, tendo como base a cidadania.

Figura nº 01: Cooperativas por ramo

Fonte: <http://www.ocb.org.br>, acesso em 20/05/04.

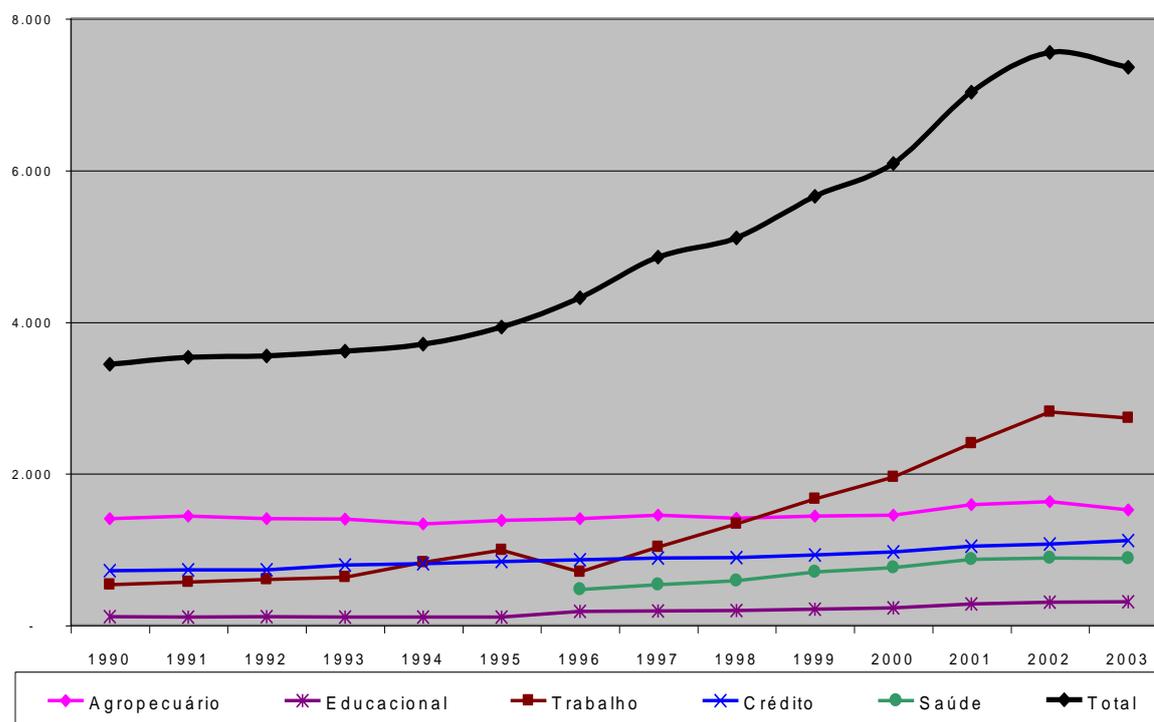


## 4.2 Cooperativas de crédito

As cooperativas de crédito estão mais fortalecidas dentro do sistema financeiro. Os bancos cooperativos passam por um processo de consolidação, quando desde a criação e regulamentação do BANDISCRED em 1996 e a autorização para o funcionamento do BANCOOB pelo Banco Central em 1997, se estabeleceu efetivamente um sistema de crédito exclusivo do cooperativismo, fazendo com que este segmento desse um grande salto para o desenvolvimento.

A primeira cooperativa de crédito do Brasil (e até da América Latina) surgiu em 1902. A partir daí, este segmento se desenvolveu muito passando por vários obstáculos e, chegou à década de 90, com uma forte credibilidade, se mantendo estável e conquistando seu espaço dentro do mercado financeiro.

Figura nº 02: Evolução do número de Cooperativas, dos principais ramos, registradas na OCB, desde 1990  
Fonte : <http://www.ocb.org.br>, acesso em 20/05/04



Obs.: 1.) de 1990 a 1995 as cooperativas médicas faziam parte do ramo de trabalho. A partir de 1996, elas foram excluídas daquele ramo.  
2.) Ano 2002 - As cooperativas de transporte estão incluídas no Ramo Trabalho, apesar de ter sido criado o Ramo Transporte em julho/2001.  
Fonte : Núcleo Banco de Dados - elaboração : GETEC/OCB

O cooperativismo de crédito tem como princípio básico, a concessão de empréstimos individuais baseados em poupança coletiva, na promoção da educação econômica e financeira dos seus cooperados e no estabelecimento da poupança sistemática, chegando atualmente à prestação de serviços bancários completos.

Além disso, os recursos captados pelas cooperativas de crédito são aplicados no seu local de origem, aumentando a produção e atendendo aos fins sociais decididos pelos sócios, com base em seus interesses comunitários.

#### **4.3 Finalidade Jurídica das Cooperativas: Sociedades de Pessoas**

Seja qual for o gênero de serviço da cooperativa, esta está voltada para o associado. O objetivo da cooperativa está voltado às pessoas, não é o lucro, não é mercância, é o autodesenvolvimento, autogerenciamento, sem oferecer riscos a terceiros, pois geram suas sobras e prejuízos pelo rateio, decidido democraticamente.

Existe a concretude de uma forma societária que substanciou-se pela efetivação das condutas baseadas na mutualidade e valorização de um objeto comum, cuja finalidade são as pessoas que fazem parte da sociedade cooperativa.

### **5. ESTUDO DO CASO - SICREDI SANTA ROSA**

De acordo com o MANUAL DO COLABORADOR (2002) da Cooperativa de Crédito Rural Santa Rosa, esta é filiada ao sistema SICREDI sendo uma sociedade de pessoas que integra o sistema financeiro nacional, foi fundada em 23/06/1981, tendo inicialmente 25 associados, os quais foram apoiados pela Cooperativa Tritícola Santa Rosa Ltda – COTRIROSA. Em 1985 firmou-se convênio com o Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC para a compensação de cheques o qual foi substituído pelo Banco do Brasil a partir de 1990.

A partir de 1992 houve uma reestruturação e a cooperativa passou a utilizar a seguinte denominação: SICREDI SANTA ROSA. Em 2000 também foram incorporadas ao sistema uma corretora de valores, administradora de cartões de crédito e uma confederação – a SICREDI serviços, responsável pela interligação on-line dos postos de atendimento do SICREDI nos 04 estados, RS, PR, MT e MS.

#### **5.1 ANÁLISE FINANCEIRA E SOCIAL DA DVA**

Como já mencionamos anteriormente a análise da DVA abrange dados financeiros que podem proporcionar uma avaliação da participação da organização na economia de seu Município, Estado e País, pois apresenta de forma diferenciada dos demais relatórios contábeis os valores destinados em um determinado período para seus colaboradores, para as administrações públicas, associados e ainda os investimentos no seu próprio desenvolvimento, que podem possibilitar geração de riqueza futura.

Considera-se valor agregado ou adicionado todo custo, despesa ou resultado que dará continuidade na geração de riquezas para a comunidade com a sua

movimentação, como por exemplo, os valores recebidos a título de remuneração pelo trabalho que podem ser utilizados pelos colaboradores na aquisição de bens e serviços, gerando novas riquezas em outras organizações, proporcionando com isto o desenvolvimento da sociedade.

Sob esse enfoque, elaborou-se e avaliou-se os resultados da DVA da Cooperativa de Crédito de Santa Rosa Ltda ( SICREDI ) no período de 2001, 2002 e 2003, destacando os resultados obtidos com a aplicação do método da subtração e com enfoque contábil.

Para isto, o demonstrativo contábil base é o DRE, conforme segue:

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

	2003	2002	2001
<b>RECEITAS INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>9.821.371</b>	<b>7.169.204</b>	<b>5.397.701</b>
Operações de crédito	8.589.977	6.372.524	4.940.836
Resultado de operações com títulos e valores mobil.	1.225.792	796.087	433.547
Resultado das aplicações compulsórias	5.602	593	23.318
<b>DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(7.837.600)</b>	<b>(4.865.662)</b>	<b>(3.595.519)</b>
Operações de captação no mercado	(6.524.321)	(4.014.900)	(2.222.942)
Operações de empréstimos e repasses	(685.012)	(612.096)	(352.332)
Provisão para operações de crédito	(628.267)	(238.666)	(1.020.245)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.983.771</b>	<b>2.303.542</b>	<b>1.802.182</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>142.622</b>	<b>(436.213)</b>	<b>(486.264)</b>
Receitas de prestação de serviços	1.410.439	1.104.768	803.793
Despesa com Pessoal	(2.952.514)	(2.054.257)	(1.476.874)
Outras despesas administrativas	(2.315.087)	(1.611.658)	(1.122.763)
Despesas tributárias	(88.858)	(25.354)	(19.960)
Outras receitas operacionais	5.099.372	3.223.069	1.570.845
Outras despesas operacionais	(1.010.730)	(1.072.781)	(241.305)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>2.126.393</b>	<b>1.867.329</b>	<b>1.315.918</b>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(53.828)	13.384	11.412
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>2.072.565</b>	<b>1.880.713</b>	<b>1.327.330</b>
IR e CS	(36.697)	(3.951)	(2.970)
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>2.035.868</b>	<b>1.876.762</b>	<b>1.324.360</b>

Tabela nº 04: DRE da Cooperativa de crédito rural Santa Rosa dos anos 2001, 2002 e 2003.

Fonte: Sicredi Santa Rosa

Com a DRE acima pode-se elaborar a DVA, distribuindo-se os grupos ou contas e seus respectivos valores conforme o método da subtração e enfoque contábil como a seguir:

	2003		2002		2001	
<b>1) VALOR ADICIONADO BRUTO TOTAL</b>	<b>16.277.354</b>	<b>100,00%</b>	<b>11.510.425</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.783.751</b>	<b>100,00%</b>
1.1) Intermediação financeira	9.821.371	60,34%	7.169.204	62,28%	5.397.701	69,35%
1.2) Prestação de Serviços	1.410.439	8,67%	1.104.768	9,60%	803.793	10,33%
1.3) Receitas operacionais	5.099.372	31,33%	3.223.069	28,00%	1.570.845	20,18%
1.4) Não operacionais	(53.828)	-0,33%	13.384	0,12%	11.412	0,15%
<b>2) CUSTOS</b>	<b>7.837.600</b>	<b>48,15%</b>	<b>4.865.662</b>	<b>42,27%</b>	<b>3.595.519</b>	<b>46,19%</b>
2.1) Intermediação financeira	7.837.600	48,15%	4.865.662	42,27%	3.595.519	46,19%
<b>3) VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>8.439.754</b>	<b>51,85%</b>	<b>6.644.763</b>	<b>57,73%</b>	<b>4.188.232</b>	<b>53,81%</b>
<b>4) DESPESAS</b>	<b>3.325.817</b>	<b>20,43%</b>	<b>2.684.439</b>	<b>23,32%</b>	<b>1.364.068</b>	<b>17,52%</b>
4.1) Despesas Administrativas	2.315.087	14,22%	1.611.658	14,00%	1.122.763	14,42%
4.2) Despesas Operacionais	1.010.730	6,21%	1.072.781	9,32%	241.305	3,10%
<b>5) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>5.113.937</b>	<b>31,42%</b>	<b>3.960.324</b>	<b>34,41%</b>	<b>2.824.164</b>	<b>36,28%</b>
<b>6) DEMONSTRAÇÃO VALOR ADICIONADO</b>	<b>5.113.937</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.960.324</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.824.164</b>	<b>100,00%</b>
<b>6.1) GOVERNO</b>	<b>125.555</b>	<b>2,46%</b>	<b>29.305</b>	<b>0,74%</b>	<b>22.930</b>	<b>0,81%</b>
5.1.1) Despesas Tributárias	88.858	1,74%	25.354	0,64%	19.960	0,71%
5.1.2) IR e CSLL	36.697	0,72%	3.951	0,10%	2.970	0,11%
<b>6.2) FUNCIONÁRIOS</b>	<b>2.952.514</b>	<b>57,73%</b>	<b>2.054.257</b>	<b>51,87%</b>	<b>1.476.874</b>	<b>52,29%</b>
5.2.1) Despesas com pessoal	2.952.514	57,73%	2.054.257	51,87%	1.476.874	52,29%
<b>6.3) ASSOCIADOS</b>	<b>2.035.868</b>	<b>39,81%</b>	<b>1.876.762</b>	<b>47,39%</b>	<b>1.324.360</b>	<b>46,89%</b>
5.3.1) Sobras	2.035.868	39,81%	1.876.762	47,39%	1.324.360	46,89%

Tabela nº 05: DVA da Cooperativa de crédito rural Santa Rosa dos anos 2001, 2002 e 2003.

Fonte: Desenvolvido pelos autores com base no método da subtração e tabela nº 04

Após a elaboração da DVA e a aplicação da técnica de análise horizontal/vertical, obtém-se informações quanto às variações ocorridas em alguns grupos no período e pode-se também verificar tendências como a seguir:

A parcela das movimentações da cooperativa considerada distribuição da riqueza gerada correspondente aos períodos avaliados apresentou queda nos seguintes patamares.

2001	2002	2003
36,28%	34,41%	31,42%

Quadro nº 03: Riqueza gerada em relação às receitas totais.

Cabe salientar que o aumento de receitas, conforme item 1 da DVA, não representa necessariamente aumento de geração de riquezas em termos percentuais, conforme nos apresenta o resultado acima.

A distribuição da riqueza gerada apresentou oscilações entre os três principais grupos:

Repasse ao GOVERNO: média de 0,82%

Repasse aos FUNCIONÁRIOS: média de 53,96%

Repasse aos ASSOCIADOS: média de 44,69%

É importante que se leve em consideração, que devido as Demonstrações Contábeis adotadas como base estarem sintetizadas estão, incluídos nos valores repassados aos funcionários os valores dos encargos trabalhistas, que podem pertencer ao grupo 3.1 (GOVERNO), desta forma elevando este item em detrimento do 3.2º.

De qualquer modo, o enfoque de análise se concentra nos valores distribuídos aos associados, que apresentaram média de 44,69% de participação na distribuição da riqueza gerada, mas tiveram queda mais acentuada de 47,39 % para 39,81 % sobre a riqueza líquida gerada, conforme abaixo:

PERÍODOS	2001	2002	2003
RIQUEZA GERADA	<b>2.824.164</b>	<b>3.960.324</b>	<b>5.113.937</b>
PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS em R\$	<b>1.324.360</b>	<b>1.876.762</b>	<b>2.035.868</b>
PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS em %	46,89%	47,39%	39,81%

Quadro nº 04: Participação dos associados em relação à riqueza líquida gerada.

Apresenta-se de forma evidente a elevação da participação do GOVERNO na distribuição da riqueza gerada em detrimento da participação dos associados, sem levar em consideração os encargos sobre as remunerações conforme já citado.

PERÍODOS	2001	2002	2003
RIQUEZA GERADA	<b>2.824.164</b>	<b>3.960.324</b>	<b>5.113.937</b>
PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO em R\$	<b>22.930</b>	<b>29.305</b>	<b>125.555</b>
PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO em %	0,81%	0,74%	2,46%

Quadro nº 05: Participação do governo em relação à riqueza líquida gerada .....

Para os funcionários houve aumento de participação em percentual e em Reais do ano de 2001 para o ano de 2003 na riqueza líquida gerada pela entidade.

PERÍODOS	2001	2002	2003
RIQUEZA GERADA	<b>2.824.164</b>	<b>3.960.324</b>	<b>5.113.937</b>
PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS em R\$	<b>1.476.874</b>	<b>2.054.257</b>	<b>2.952.514</b>
PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS em %	<b>52,29%</b>	<b>51,87%</b>	<b>57,73%</b>

Quadro nº 06: Participação dos funcionários em relação à riqueza líquida gerada.

Desta maneira, evidencia-se de forma clara a importância da organização no desenvolvimento da comunidade, pois se pressupõe que os valores arrecadados pelas administrações públicas revertam à sociedade em forma de benefícios sociais. No entanto evidencia-se também, a elevação da carga tributária neste segmento.

Conforme mencionado na primeira parte deste estudo, um dos pontos positivos da DVA é que ela permite que se tenha uma dupla visão da realidade empresarial de uma entidade: a econômica, relativa ao valor gerado, e a social que corresponde às rendas distribuídas, o que pode ser perfeitamente comprovado com os resultados apresentados pelo estudo, visto que fica evidente a riqueza gerada pela entidade e a forma como esta foi distribuída em favor das administrações públicas, dos colaboradores e associados.

Permite ainda, de forma clara o conhecimento da importância da entidade em relação a renda existente no seu ambiente econômico e social, pois os seus resultados podem ser comparados com os resultados globais do Município, Estado ou País para o qual contribui de forma inegável, como apresentam seus números de distribuição ao Governo nos períodos analisados.

Entende-se que esta demonstração complementa as demonstrações contábeis tradicionais, no intuito de fornecer dados para a tomada de decisão quanto ao seu desempenho, permitindo que os associados e a sociedade possam compreender a DVA pela sua linguagem simplificada.

## CONCLUSÃO

A Contabilidade não tem um fim nela mesma e sim no impacto causado no processo decisório do usuário das suas informações. Os relatórios contábeis são seu produto final, portanto, devem traduzir da forma mais clara possível a realidade econômica nelas espelhada. Acredita-se ser tarefa dos contadores e estudiosos propor melhorias no processo de comunicação da Contabilidade.

A Demonstração de Valor Adicionado é de grande utilidade dentro do novo contexto sócio econômico vivido atualmente pelas empresas.

No entanto, a forma de evidenciação das informações contábeis nos modelos utilizados pelas empresas no Brasil, devido à obediência aos princípios contábeis e por necessidade de objetividade na comunicação de suas informações, muitas vezes

se distancia da realidade econômica que quer evidenciar, diminuindo assim sua utilidade para o processo decisório de alguns de seus usuários.

Levando em consideração o impacto utilitário de uma Demonstração de Valor Adicionado, onde os dados evidenciassem a real contribuição da entidade para o processo de formação de riqueza para a sociedade em geral, consegue-se através deste trabalho, analisar e evidenciar estas riquezas geradas pela entidade, através de dados divulgados nas demonstrações contábeis tradicionais, principalmente pela Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), contribuindo assim para a melhoria do processo de comunicação da Contabilidade.

Acredita-se que desta forma a informação contida na Demonstração de Valor Adicionado torne-se mais próxima da realidade econômica que se propõe evidenciar.

Conclui-se, assim, que a relevância e a transparência das informações contábeis é um dos aspectos de maior importância para a contabilidade que deve ser constantemente objeto de preocupação dos que trabalham com as informações contábeis. Espera-se oportunamente maior aprofundamento dos estudos e maior divulgação dessa demonstração, haja vista sua utilidade para o processo de tomada de decisão dentro da realidade atual das empresas.

## REFERÊNCIAS

COSENZA, José Paulo. A eficácia informativa da Demonstração do Valor Adicionado. **Revista Contabilidade e Finanças USP**. São Paulo: ano XIV, edição especial, p.7-29, out/2003.

<http://www.ocb.org.br>, acesso em 20/05/04

KROETZ, César E. S. **Balanco Social: Teoria e Prática**, Atlas, São Paulo: 2000, 162p.

MANUAL DO COLABORADOR, **Regimento interno da Sicredi**, Santa Rosa, 2002.

RODRIGUES, Alberto Almada. Demonstração do levantamento do valor adicionado nos setores público e privado. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: ano 24, nº 92, p.45-61, abr/1995.

SICREDI, Santa Rosa, **Demonstrações Contábeis, 2001, 2002 e 2003**.

SIQUEIRA, Antonio Carlos, **Demonstração Do Valor Adicionado – Uma Contribuição da Contabilidade para a Mensuração da Participação Econômica e Social da Entidade Empresarial**. disponível em <http://www.milenio.com.br/siqueira/Tr135.htm>, acesso em 23/03/04.

TINOCO, João E. P. **Balanco Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade das organizações**. Atlas, São Paulo: 2001. 243p.